



Violência contra adolescentes na escola: um debate necessário?

Violence against adolescents at school: a necessary debate?

Douglas de Souza¹
João Bôsko Hora Góis²

Resumo

Este relato de experiência extensionista é fruto da extensão universitária, desenvolvida como parte da construção de uma dissertação de mestrado, realizada em uma escola estadual, na baixada fluminense, no município de Belford Roxo. Lá realizamos atividades com o objetivo de refletir sobre conceitos como LGBTQIA+fobia, racismo, intolerância religiosa e outras violências que se manifestam no cotidiano dos alunos dentro da comunidade escolar. Objetivou-se também trazer esses conceitos à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, sobretudo, demonstrar a importância de abordar sobre a diversidade sexual, diversidade racial e religião dentro da escola como forma de prevenção da violência contra a população infanto-juvenil.

Palavras-chave: Violência. Educação. Adolescência. Direito.

Abstract

This extensionist experience report is the result of an activity developed, as part of the construction of the master's thesis, carried out in a state school, in the Baixada Fluminense, in the municipality of Belford Roxo. There we carry out activities with the aim of incorporating concepts such as LGBTQIA+phobia, racism, religious intolerance and other violence that manifests itself in the daily lives of students within the school community. It was also aimed to bring these concepts to the light of the Child and Adolescent Statute. And above all, demonstrate the importance of addressing sexual diversity and racial diversity and religion within the school as a way of preventing violence against the child and youth population.

¹Discente no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) – doug.social@outlook.com

²Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) - jbhg@uol.com.br



Keywords: Violence. Education. Adolescence. Right.

1 Introdução

A construção desta atividade sobre violência e discriminação contra adolescentes no contexto escolar iniciou a partir de nossa visita ao Colégio Estadual General Ladário Pereira Teles (Belford Roxo - Rio de Janeiro), onde busquei realizar uma pesquisa exploratória para minha dissertação de mestrado, através de entrevistas com adolescentes gays, que tivessem vivenciado situações de homofobia no espaço escolar.

No decorrer da nossa inserção nesse campo empírico, estivemos apresentando a pesquisa para as turmas de ensino médio de 1º, 2º e 3º anos. Contudo, sem muito êxito na adesão dos alunos em participar, foi realizada uma atividade em conjunto com os professores, com o intuito de abrir caminho para maior aproximação dos alunos e para os mesmos se sentirem seguros e confiantes em participar da pesquisa.

Durante o período que estivemos na escola para realizar as entrevistas com alguns alunos interessados em participar da pesquisa, demandas relacionadas a racismo, LGBTQIA+fobia e abuso sexual se apresentaram na rotina escolar. Assim em conversa com professores que disponibilizaram momentos de sua aula para a realização de alguma atividade, cogitamos construir esta atividade dividida em três momentos, para trazer reflexão junto aos alunos, bem como apresentar alguns conceitos distantes da comunidade escolar.

No primeiro momento objetivou-se conhecer qual o entendimento dos alunos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA), Diversidade Sexual, Diversidade, Gênero e Sexualidade e Violência no contexto escolar, a fim de que, posteriormente, pudéssemos apresentar de forma não exaustiva esses conceitos. Além disso, procurou-se investigar de que maneira a homofobia, intolerância



religiosa, bullying, cyberbullying, racismo, transfobia e masculinidade tóxica interferem na permanência dos alunos na escola, a partir de um contexto de exclusão social.

Em um segundo momento, com a utilização de uma urna, sugerimos que os alunos escrevessem no papel palavras que, segundo eles, melhorariam o relacionamento e a comunicação dentro da escola. E em outro papel pedimos que respondessem se já foram ofendidos por sua orientação sexual, raça, gênero ou qualquer outra condição que de alguma forma afetou seu relacionamento e permanência na escola.

Finalizando a atividade (terceiro momento), foram distribuídas algumas palavras para a turma, com temas como homofobia, transfobia, bullying, cyberbullying, masculinidade tóxica e intolerância religiosa. Foi orientada a discussão em grupos pequenos e posterior análise com toda a turma. A finalidade dessa atividade foi realizar uma análise dos discursos e entender como se dá a percepção dos alunos sobre temas considerados “polêmicos” e distantes do cotidiano.

O objetivo desse trabalho foi de contribuir para a comunicação não violenta na escola e despertar a reflexão nos alunos a partir da proposição de atividades que trabalhem temas sobre violência. Além disso, a introdução do Estatuto da Criança e do Adolescente objetivou fazer com que os alunos tivessem conhecimento sobre os seus direitos.

2 Desenvolvimento

Para realizar as atividades, iniciamos com a introdução de alguns conceitos “considerados” polêmicos, uma vez que historicamente não se discute sobre diversidade sexual, gênero e sexualidade, intolerância religiosa, entre outros assuntos relevantes para a comunidade escolar, pois, como afirmam Pessôa et. al (2017, p. 27), essas temáticas costumam ser silenciadas nas escolas, “num consenso velado entre os profissionais que nela atuam”. Além disso,



devido a valores religiosos e morais assiste-se, em função da educação tradicional, a exclusão de temas contemporâneos no currículo educacional.

Abordar qualquer assunto que “fuja” do tradicionalismo da educação brasileira e que faça os alunos refletirem sobre suas ações e percepções é um esforço tamanho para a concretização de direitos sexuais e o reconhecimento da diversidade como um todo no espaço escolar, tendo em vista a variedade de identidades sexuais e culturas presentes na escola. Nessa linha de pensamento Balthazar (2020, p. 9) explica:

[...] diversidade é a celebração das diferenças. Seguindo esta lógica, é necessário “respeitar” a diversidade, “tolerar” a diversidade, “aceitar” a diversidade, promover a diversidade, compreender que a diversidade é parte de nós. Nós somos diversos, plurais.

Assim, iniciamos nossa atividade falando sobre a importância do artigo 227 da Constituição Federal e em seguida mostrando um panorama sobre os direitos de crianças e adolescentes de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por entender a necessidade dos alunos de terem conhecimento sobre os direitos sociais, incluindo o direito à educação, conforme consta no artigo 53:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (BRASIL, 1990, p. 34)

Além disso, o artigo 15 explica que “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990).

Para aflorar o debate, após breve exposição da Lei 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentamos o conceito de diversidade sexual, gênero e sexualidade sob a ótica do reconhecimento de novas



identidades no ambiente escolar. Identidades essas que outrora eram ocultas devido a um cenário de exclusão social e obscurantismo, para um cenário de reconhecimento de direitos à luz da Constituição Federal de 1988 no seu artigo 227, quando reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos (BRASIL, 1988) e outras políticas sociais cuja a finalidade é o exercício da cidadania de grupos minoritários, uma vez que infelizmente, segundo Teixeira-Filho et. al (2011, p. 729), apenas a heteronormatividade é reconhecida e aceita por alunos, profissionais e a sociedade em geral.

Quando iniciamos a discussão sobre gênero e sexualidade, caminhamos na direção dos direitos sexuais, promoção da saúde e prevenção da violência. Segundo dados da própria escola, quando a direção estava distribuindo kits de absorvente, após o período de aulas remotas, houve baixa procura das alunas por motivo de “vergonha”. Essa informação indica o quanto não falar de gênero e sexualidade na escola pode impactar na saúde e na vida de um/a adolescente como um todo.

Infelizmente, quando se trata da abordagem da temática de gênero, sexualidade e corpo no ambiente escolar, muitas vezes encontramos resistências e pré-conceitos em função de narrativas distorcidas e alimentadas por *fake news* sobre uma determinada “ideologia de gênero” ou o famoso “kit gay” que supostamente seria distribuído pelo Governo Federal nas escolas, o que já foi esclarecido pela imprensa brasileira como uma teoria falsa compartilhada por grupos políticos conservadores do país. De acordo com César e Duarte (2017, p. 151),

De um lado, a instalação do pânico moral traduzida pela “ideologia de gênero”, isto é, a afirmação do modelo heteronormativo, machista, misógino e LGBTfóbico, promovendo uma narrativa que visa preservar um ideal fantasmático de família contra a sua suposta destruição.

A partir dessas informações é que começa a se construir formas de resistência na contemporaneidade, onde se busca deslegitimar toda uma trajetória de conhecimento científico sobre a importância do debate de gênero e



sexualidade nas escolas como forma de promoção da saúde e prevenção das violências, como a violência contra a mulher, a violência de gênero, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, como também o estupro de vulnerável.

Assim, Tozetti et. al nos elucida que,

[...] a utilização de estratégias de prevenção primária, centradas na educação, visam chegar aos potenciais agressores que normalmente não seriam identificados como “em risco”. Internacionalmente são cada vez mais comuns estratégias de prevenção da violência em escolas, demonstrando que a prevenção primária pode melhorar as atitudes quanto às violências (2019, p. 72).

Segundo Amaro (2011, p. 90), “sexualidade e temas afins, como diversidade sexual, orientação sexual e relações homoafetivas passaram a compor a agenda obrigatória da educação básica” a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação³. Entretanto, durante esse período de visitação na escola e com o novo currículo do ensino médio, observamos que essas pautas se encontram distantes da realidade escolar, devido à negligência e projetos de lei conservadores que objetivam cercear para que o debate não seja incluído no currículo e no cotidiano escolar.

Persiste ainda, em muitos discursos conservadores a ideia de que trabalhar a questão da sexualidade com crianças e adolescentes é um assunto delicado, que deve ser tratado no âmbito privado, ou seja, trata-se de uma responsabilidade da família. Porém, à medida em que essas pautas ficam no “jogo de empurra” entre o Estado e a família, crianças e adolescentes vão sofrendo violência, seja a intrafamiliar, por pessoas mais próximas, ou a institucional, quando as instituições não trabalham as temáticas para identificar o problema e desta forma fazer os possíveis encaminhamentos.

³Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.



Para Louro (2012, p. 89) “se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também “fabrica” sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe”. É, de se considerar que esses sujeitos estão sendo produzidos a partir de relações de desigualdade em um contexto de violência.

Assim, partimos do princípio de que diversas tipologias de violências direcionadas aos adolescentes na escola, encontram pessoas vulneráveis que as vivenciam cotidianamente por não haver ações efetivas, devido ao desmonte da educação pública.

3 Metodologia

Como metodologia de trabalho utilizamos roda de conversa, dinâmica de grupo e debate, com o objetivo de potencializar o pensamento reflexivo e crítico nos alunos, a partir de um cenário de exclusão e violência no cotidiano escolar.

Para a análise, utilizamos duas técnicas - a análise de discurso e a análise de conteúdo. Sendo assim, por meio das palavras depositadas na urna, foi possível analisar de forma quantitativa o número de mudanças sugeridas pelos adolescentes.

Conforme afirma Caregnato e Mutti (2006, p. 683)

a AC é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”

Dessa forma, como análise de discurso, as reflexões e o entendimento dos alunos sobre os temas tiveram como o objetivo de identificar quais percepções encontram-se ancoradas em bases do senso comum, valores religiosos ou pensamento crítico.



O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança) (Caregnato e Mutti, 2006, p. 680)

3.1 Primeiro momento - Introdução dos conceitos.

Nesse primeiro momento nós buscamos introduzir alguns conceitos aos quais nossa atividade está ancorada, a partir do artigo 227 da Constituição Federal que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, uma vez que percebemos a carência de informação dos adolescentes sobre a própria legislação que resguarda seus direitos, a Lei 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A posteriori, à luz dessa legislação fundamentamos os direitos de crianças e adolescentes no que diz respeito à diversidade sexual, à proteção diante da LGBTQIA+fobia, do racismo, bullying, cyberbullying, intolerância religiosa e a masculinidade tóxica, devido ao fato desses fatores ocasionarem diversas questões negativas para o desenvolvimento dos alunos no espaço da escola.

3.2 Segundo momento - dinâmica

Foi criado uma urna para que os adolescentes pudessem colocar palavras pelas quais já foram ofendidos, devido à sua orientação sexual, raça, gênero ou qualquer outra condição que de alguma forma afetou seu relacionamento na escola. E em um outro papel eles deveriam escrever palavras que, segundo eles, melhorariam o relacionamento e a comunicação na comunidade escolar.

3.3 Terceiro momento - Sorteio das palavras e divisão dos grupos para discussão dos casos (7 matérias de jornais)



No terceiro e último momento nós sorteamos matérias de jornais com temas que envolveram toda a discussão do primeiro momento, para que os alunos debatessem em grupos e posteriormente expusessem para a turma na roda de conversa.

Títulos das matérias de jornais:

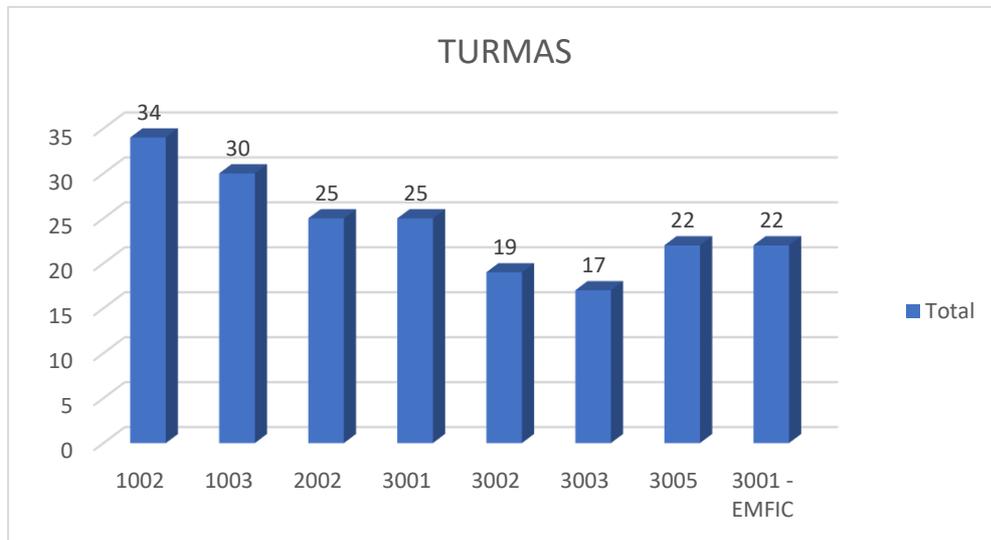
- Cyberbullying: como identificar, impactos e consequências;
- Coletivo denuncia intolerância religiosa após adolescente umbandista ser agredida em escola de Joinville;
- Homem não chora? Projeto com jovens visa o fim da masculinidade tóxica;
- Estudante é vítima de racismo em troca de mensagens de alunos de escola particular da Zona Sul do Rio;
- Adolescente afirma ter sido espancado por homofobia após episódios de bullying em escola de Arujá;
- 77% dos jovens transgênero sofrem transfobia no ambiente escolar, diz estudo

3.4 Quantitativo/Público-alvo/Análise de dados:

Para a realização das atividades contamos com 194 alunos/adolescentes de oito turmas, sendo estas turmas do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. A turma com maior número de alunos presentes nas atividades reuniu 34 alunos no auditório.



Figura1 - Turmas dos alunos



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

Do total de 194 alunos que participaram das atividades, 49% representam o público masculino e 49% o feminino. E 2% não responderam sobre seu sexo.

Desse quantitativo, apenas seis estudantes conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém de forma superficial. E nenhum aluno conhecia o termo “masculinidade tóxica”. Temas como diversidade sexual, a proteção diante da LGBTQIA+fobia, do racismo, bullying, cyberbullying e intolerância religiosa, já tinham ouvido falar, mas não compreendiam.

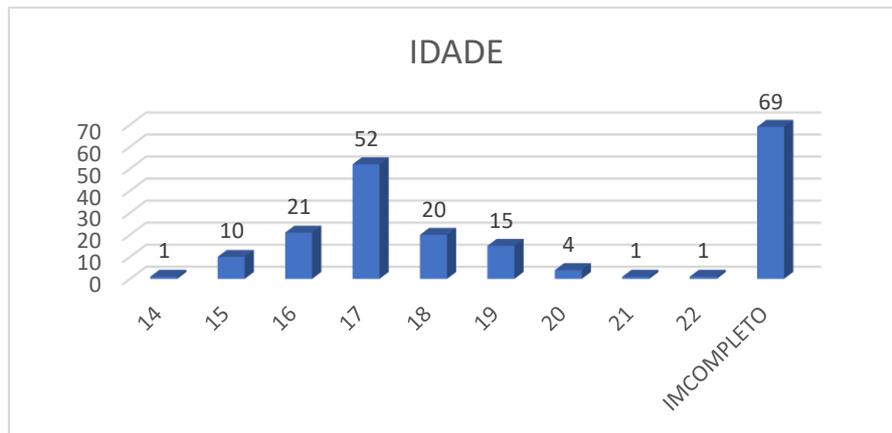
Na turma 2 um grupo de meninos que recebeu a palavra homofobia para debater se recusou a participar. Outro grupo ficou com a palavra transfobia e um dos adolescentes relatou ser inadmissível uma pessoa ser trans, afirmando: “se o meu filho cogitasse ser, eu colocaria dentro de um colégio militar”.

Nas turmas 1 e 3, para alguns alunos, principalmente meninos, foi evidente o incômodo em falar sobre a homofobia, transfobia e masculinidade tóxica. Já nos grupos compostos também por meninas as adolescentes tiveram maior participação.



Dispondo a idade dos participantes em um gráfico (figura 2), podemos observar que alunos com 17 anos formam a maioria, sendo 52 alunos com essa idade. Não responderam a sua idade 69 alunos.

Figura 2 - Quantitativo de idade de acordo com a lista de presença.



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

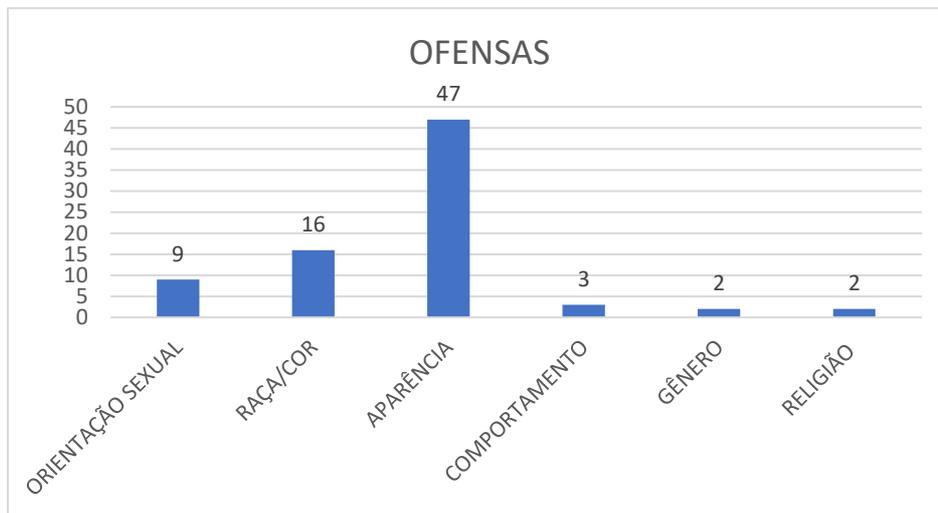
As palavras depositadas na urna, que representam ofensas, foram classificadas quanto à orientação sexual, raça/cor, à aparência, comportamento, gênero e religião (Figura 3). Podemos observar que 47 alunos relataram que já foram ofendidos devido à sua aparência, através de falas como: “gordo”, “cabelo duro”, “esquisito” e “estranho”. No quesito cor/raça, 16 alunos afirmaram ter sido ofendido, através de falas como “macaco” e “preto”.

Em relação à orientação sexual, nove alunos informaram que foram ofendidos como “viadinho”. Para Balthazar (2020, p. 14) essa questão explica o

Paradoxo, da criança viada afirmada ao viadinho, um diminutivo que marca a força da violência como currículo, como pedagogia, que visa normalizar os corpos dissidentes na escola.



Figura 3 – Quantitativo de ofensas de acordo palavras depositadas na urna.



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

Em relação às outras três variáveis, que remetem ao comportamento, gênero e religião, alguns alunos afirmaram ter sido expostos por ter comportamentos considerados diferentes dos demais adolescentes na escola.

Conforme o gráfico (Figura 4), 45 alunos informaram que o respeito poderia mudar a comunicação entre eles. Para 22 alunos a criação de projetos/palestras pode melhorar a comunicação a partir das violências. Já 17 alunos responderam comunicação e 14 alunos informaram que a empatia pode melhorar esse ambiente hostil.

Palavras como educação, atitudes, psicologia e disciplina tiveram um baixo destaque, visto que os alunos informaram o respeito como maior componente para que haja um bom relacionamento e respeito à diversidade sexual e diversidade de raças e religiões.

No total de 194 alunos participantes, 84 não informaram nenhuma mudança para melhorar a comunicação entre os alunos.



Figura 4 - Quantitativo de mudanças de acordo com palavras depositada na urna



Fonte: Elaboração dos autores (2022)

4 Considerações finais

As atividades realizadas nas três semanas em que estivemos na escola se constituem em um componente importante para pensar sobre a violência no cotidiano escolar direcionada para adolescentes, no que tange à sua condição de orientação sexual e raça/cor. Observamos que muitos conceitos expostos durante os três momentos das atividades estão longe da rotina escolar, sendo um fator necessário de ser incorporado em atividades habituais na escola, não somente em eventos esporádicos em comemoração a determinadas datas que buscam conscientizar sobre um fenômeno social.

A violência contra crianças e adolescentes necessita de atenção por parte dos responsáveis, educadores e da sociedade civil, sendo esse um assunto de responsabilidade de todos. Sem dúvidas todos esses relatos dos alunos e a falta de conhecimento sobre todo o conteúdo é somente a ponta do *iceberg* para tantas outras violências que essa população sofre dentro da escola, pela negligência e ausência de políticas sociais efetivas.



Portanto, acreditamos que uma política de educação emancipatória, que esteja aberta a discutir sobre a diversidade sexual no seu cotidiano e tantas outras questões pertinentes para o desenvolvimento dos alunos seja o principal mecanismo para uma escola que crie asas nos alunos, como afirma Rubem Alves⁴ no seu poema:

*"Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo".*

Referências

AMARO, Sarita T.A. **Serviço Social na educação: Bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: ed. UFSC, p. 92, 2011.

BALTHAZAR, G. S. **Crianças viadas e o deslugar do gênero na escola: notas para um feminismo cor de ar**. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e69557, 2020.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990** – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, Câmara dos Deputados – Série Legislação, 2017.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAREGNATO, Catarina. Mutti R. **PESQUISA QUALITATIVA: ANÁLISE DE DISCURSO VERSUS ANÁLISE DE CONTEÚDO**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. **Governamento e pânico moral: corpo, gênero**. In: Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, p. 89, 201.

⁴ ALVES, Rubem. Gaiolas e asas. **Histórias em Português**, 2004. Disponível em: <https://contadoresdestorias.wordpress.com/2012/02/19/gaiolas-e-asas-rubem-alves/>
Acesso em: 20 de out, 2022.



PESSÔA, Lilian Correia, et al. **Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores.** In: Revista de Estudos Aplicados em Educação, v. 2, n. 3. jan./jun. 2017

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva, et al. **Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista.** In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 725-742, dez. 2011.

TOZETTI, Renata de Fatima, et al. **Gênero e Diversidade na Escola: reflexões sobre uma política pública intersetorial de prevenção à violência.** revista entreideias, Salvador, v. 8, n. 1, p. 71-90, jan./jun. 2019.